

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 42, de 2011 (Mensagem nº 32, de 16/2/2011, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país.*

RELATOR: Senador **GIM ARGELLO**

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, a Mensagem nº 42/2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Embaixador André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo do Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Após a conclusão do Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, o senhor André Amado foi nomeado Terceiro Secretário, em 1970, e, subsequentemente, Segundo Secretário, em 1973, Primeiro Secretário, em 1979, Conselheiro, em 1982, Ministro de Segunda Classe, em 1989, e Ministro de Primeira Classe, em 1997, todas as ascensões por merecimento.

Entre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Assistente do Chefe da Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, em 1970; Assistente do Chefe e Subchefe da Divisão da Ásia e Oceania, em 1971; Assistente e Assessor do Chefe do Cerimonial, 1980; Chefe da Divisão de Protocolo, 1983; Chefe da Divisão do Oriente Próximo-I, 1988; Chefe, substituto, do Departamento do

Oriente Próximo, 1989; Coordenador-Executivo do Gabinete do Ministro de Estado, 1990; Chefe da Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, 1992; Assessor Especial da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, 1992; Diretor do Instituto Rio Branco, 1995, Presidente Interino da Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, Assessor Especial da Secretaria-Geral, 2008, e Subsecretário-Geral de Energia e Alta Tecnologia, em 2011.

No Exterior, desempenhou importantes missões, entre elas, Conselheiro na Embaixada do Brasil em Paris (1983) e na Embaixada do Brasil em Madri (1993). Posteriormente, foi Embaixador do Brasil em Lima (2001) e em Tóquio (2005).

Além da exitosa carreira, marcada pela eficiente atuação em importantes cargos e missões que desempenhou, foi no exercício da direção do Instituto Rio Branco, de 1995 a 2001, que o Embaixador André Amado imprimiu novo ímpeto à história da formação diplomática brasileira, porquanto ousou introduzir modificações no processo de seleção e recrutamento dos candidatos, com o escopo de diversificar e democratizar a carreira.

Em 1984 defendeu a tese “O reconhecimento diplomático da República Popular da China”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, na relação Brasil-Bélgica sobressaem os vínculos históricos marcados por profundos laços de cooperação e amizade, porquanto os contatos iniciaram-se logo após a independência dos dois países. Ressalte-se a visita ao Brasil do Rei Alberto I em 1920, a primeira de um soberano europeu ao nosso país.

Os investimentos belgas no país datam do início do século XX e incluem as áreas de energia, química, farmacêutica, mineração e logística. Por outro lado, empresas brasileiras como a Votorantim e a Ficher vem utilizando tradicionalmente os portos de Antuérpia e Gand como porta de entrada de seus produtos na Europa e realizam investimentos na Bélgica. Há ainda parcerias sofisticadas, de tecnologia avançada, como a Embraer/Sonaca e parcerias substanciais como a An-InBev, criando grupo de peso internacional.

Conforme os resultados do censo de capital estrangeiro realizado pelo Banco Central do Brasil para o período-base 2000, cerca de 82% dos

investimentos belgas foram absorvidos pelo setor de serviços, sobretudo nas áreas de eletricidade, gás e água quente, e 17% pela indústria.

Já os investimentos brasileiros na Bélgica totalizaram, no período 2001-2005, US\$ 328 milhões. Dentre as empresas brasileiras com presença na Bélgica destacam-se a Votorantim, Citrovita, Duratex, Citrosuco, Oxiteno, Klabin e Weg Motores. Para as empresas brasileiras a Bélgica apresenta grandes atrativos como destino de investimentos diretos, em virtude da boa qualidade e quantidade de serviços logísticos oferecidos no país.

No tocante ao comércio bilateral, o Brasil é tradicionalmente superavitário em suas transações com a Bélgica. Após significativo crescimento desde 2005, o volume total do comércio decresceu de 6 bilhões em 2008 para 4,2 bilhões de dólares em 2009, devido à crise econômica internacional. O Brasil é o principal fornecedor e maior mercado da Bélgica em toda a América Latina. O Brasil exporta para a Bélgica suco de laranja, minério de ferro, pasta química de madeira, fumo não-manufaturado, alumínio não-ligado e café não-torrado.

No que diz respeito ao Grão-Ducado de Luxemburgo, informa o documento encaminhado pelo Itamaraty que, no comércio bilateral com o Brasil, destacam-se as exportações brasileiras para aquele país, que cresceram 1.850% entre 2002 e 2008, sendo que o intercâmbio bilateral total aumentou 430% neste período. Houve queda de 40%, entretanto, em 2009, em razão da crise econômica mundial. O produto responsável pelo crescimento das exportações brasileiras para Luxemburgo é o minério de ferro, no valor de US\$60,8 milhões durante os 10 primeiros meses de 2010. Entre as empresas luxemburguesas no Brasil cabe destacar a Arcelor-Mittal, Cargolux e Luxair. Do Brasil, encontram-se em Luxemburgo os bancos Itaú e Unibanco, Safra e Bradesco.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 03 de março de 2011.

Senador Pedro Simon, Presidente, em exercício.

Senador Gim Argello, Relator